

Homenagem

Responsabilidade Social **Maria José Nogueira Pinto**

Cerimónia de entrega do Prémio Maria José Nogueira Pinto em Responsabilidade Social 2014 que teve lugar no Grémio Literário, em 7 de Julho de 2014

1 É com muito prazer que participo como oradora na cerimónia de entrega do Prémio Maria José Nogueira Pinto em Responsabilidade Social 2014. A razão é simples.

Ser oradora nesta cerimónia dá-me a oportunidade de evocar Maria José Nogueira Pinto e, por esta forma, fazer a todos sentir a sua presença, em especial no contexto da responsabilidade social, pela qual tanto se bateu ao longo da vida, dando diariamente testemunho pessoal do que essa realidade é e de como deve ser laboriosa e incansavelmente construída.

Quem a conheceu de perto ou teve o privilégio de com ela privar sabe que Maria José Nogueira Pinto era alguém que se não esquece, inteligente, dinâmica e determinada na concretização daquilo em que acreditava, uma pessoa cujo legado permanece, transbordante de futuro, como hoje, ao ser entregue um prémio com o seu nome, se com-



POR
**Maria da
Glória Garcia**

Reitora da Universidade
Católica Portuguesa

prova à saciedade. É, pois, para mim, motivo de particular emoção e sentido prazer poder ser um pequeno elo de uma longa cadeia de pessoas que a mantém viva e actuante na mente das novas gerações.

Não pode deixar de se ter bem presente que, para seguir em frente com confiança, a sociedade e as suas instituições têm de ter memória. A memória é o que permite dar às gerações mais jovens o testemunho de modelos, transmitir-lhes os exemplos capazes de as fazer avançar com mais energia e horizontes de esperança em direcção ao futuro, um futuro que só delas depende, já que são elas que directamente o con-

formam. Por isso, em boa hora a Merck Sharp & Dohme instituiu, em 2012, o Prémio Maria José Nogueira Pinto em Responsabilidade Social. E não levarão decerto a mal se, ao referenciar o facto, o faça para enaltecer esta aliança e o seu significado profundo, feito de homenagem a uma pessoa, de atenção aos outros, de envolvimento na comunidade, de empenhamento.

Afirmar a possibilidade de um outro amanhã para quem sofre as agruras da vida na actual sociedade corresponde à tomada de consciência do que de há muito se chama responsabilidade social, uma das mais nobres dimensões da política, por onde tudo começa, já que de construção da justiça em sociedade se trata.

2 «Acho que descobri a política – como amor da cidade e do seu bem – em casa. Nasci numa família com convicções políticas, com sentido do amor ao serviço de Deus e da Pátria.» As palavras são de Maria José Nogueira Pinto, retiradas do texto

com que inicia a última crónica publicada no Diário de Notícias, datada de 7 de Julho de 2011. Fruto de uma reflexão última na qual buscou um começo para o modo como viveu a vida e lhe deu sentido, estas palavras têm um peso particular que gostaria de evidenciar: o de mostrar como a família é o pilar primeiro sobre o qual assenta a sociedade, a realidade na qual se descobrem e se começam a conciliar as diferentes dimensões da pessoa, o lugar onde a liberdade encontra alimento e onde a resposta ao exercício da liberdade, no sentido da assunção da inerente responsabilidade, se gera, desenvolve e consolida. E para que dúvidas não restassem sobre o valor da família, a presença formativa na sua vida, o lastro construtivo determinante da personalidade forte, sua imagem de marca, Maria José Nogueira Pinto acrescentou, no texto citado, depois do apelo ao papel do avô Eduardo, do pai, da mãe, da tia e madrinha Mimi, na sua infância e juventude: *«Aprendi, desde cedo, a não ignorar o que via, ouvia e lia.»*

A aprendizagem do ser com o Outro e com os outros, a leitura dos sentidos, a aventura da emoção, o crivo da razão, o papel da memória, a consciência social, tudo recebido, trabalhado, guardado fundo, em família, demoradamente, sem pressas. A família como espaço de segurança e de partilha, onde os laços de coração se moldam e as relações de poder se começam a compreender, centro nuclear de uma família maior onde cabe a humanidade inteira, porque a sua fé inabalável lhe dizia que *«todos somos filhos de Deus»* e porque sentia, com Fernando Pessoa, em abordagem poética, *«Bendito seja o mesmo sol de outras terras que faz meus irmãos todos os homens»*.

A família impregnada dos valores pelos quais cedo compreendeu que vale a pena viver e, por isso, logo irradiou para aquela que, do encontro cantante com Jaime Nogueira Pinto, brotaria pujante, através do Eduardo, da Catarina e da Teresa, família que também soube por eles – os seus filhos –, tornar irradiante.

3 A certeza do lugar e da hierarquia dos valores, a sua convicção sobre os fundamentos antropológicos subjacentes às questões bioéticas e

éticas da família católica não a afugentavam, porém, da discussão em praça pública. Pelo contrário, entendia que era seu dever intervir, propondo o diálogo no horizonte da verdade, como busca, uma busca incessante da Verdade. Uma intervenção que, por isso mesmo, se não alimentava da própria intervenção, mas do desejo de, por seu intermédio, mudar o que considerava não estar bem. Mesmo quando a urgência de mudança a obrigou a partir, a viajar por África, a exilar-se, no Brasil e em Espanha. Porque, tal como Ulisses, viaja-se também para regressar a casa, e era o regresso que mais lhe importava. O regresso a Portugal, já que, na sua tão sugestiva expressão, o levava *«na sola dos sapatos»*, e porque assim o levava sabia, com Sophia de Mello Breyner, que *«o país da imanência sem mácula/o reino que reúne/sob o rumor de folhagem que há nos deuses»* a esperava, calmamente.

4 Terminou, então, a licenciatura em Direito que deixara por completar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Curiosamente uma Faculdade que, no início dos anos setenta, olhava com indiferença e pouca consideração as mulheres que nela estudavam, porque a escolha da licenciatura em Direito por uma mulher significava uma opção pela discriminação, significava a aceitação de um lugar secundário na sociedade portuguesa, pois às mulheres estava, a



Estava convicta de que a sua palavra podia ser decisiva; sabia que ser cidadã não é um número mas uma parte actuante de uma realidade que, sem uma efectiva participação, fica doente

época, vedada a carreira de magistrado – judicial e do Ministério Público – bem como a carreira diplomática, em qualquer dos casos só admissível aos homens. E é fácil compreender que, mesmo nas profissões jurídicas permitidas às mulheres, a confiança nas suas capacidades fosse reduzida.

Mas o futuro era construído também pelas mulheres. Maria José Nogueira Pinto sabia-o bem. Nele confiava. No termo da licenciatura, a escolha do curso de Direito revelou-se acertada. A esperança num mundo mais igualitário tinha produzido seus frutos. A abertura para *«uma vida justa»* e *«um tempo limpo»*, de que sabiamente Sophia de Mello Breyner fala, tinha sido dada. Depois disso, era preciso continuar. E Maria José Nogueira Pinto, mulher de Fé em Cristo e convicções fortes, fiel à máxima *«não tenhais medo»* que S. João Paulo II tantas vezes lembrava, lançou-se à luta, dando a cara, ousando ser, usando a palavra como meio para convencer, a palavra como criação de *«uma expectativa paciente e profunda da chegada do futuro»*, tão ao gosto da filósofa e politóloga judia Hannah Arendt.

5 Com uma arrepiante coerência, porventura só compreensível pelo facto de o seu querer traduzir uma outra face do amar, de reminiscências agostinianas, um amor que, nas palavras de S. Paulo, *«nunca acaba»*, o percurso político de Maria José Nogueira Pinto gerou respeito e consideração, mesmo naqueles cujas ideias mais se lhe opunham, os seus adversários políticos. Tinha a consciência de que a sua palavra podia marcar pela diferença; estava convicta de que a sua palavra podia ser decisiva; sabia que ser cidadã não é um número mas uma parte actuante de uma realidade que, sem uma efectiva participação, fica doente. Por isso batia-se com denodo por causas cívicas, intervinha, expondo-se no permanente *«a-fazer»* da justiça social, da justiça em comunidade, contribuindo para a modelação do que deve ter-se por bem comum, fazendo amplamente uso do instrumentário técnico-jurídico, área da sua formação, e aliando-o a uma intensa experiência política, seja como deputada da Assembleia da República e, em especial, como líder da bancada parlamentar, seja como membro do

Governo, concretamente como Subsecretária de Estado da Cultura, seja como vereadora da Habitação na Câmara Municipal de Lisboa. Participou na modelação de soluções realistas para uma lei de bases da economia social, uma lei de bases da saúde, uma lei de bases da acção social escolar, uma lei de bases do sistema nacional de segurança social. Compreendeu como poucos a dinâmica do direito e suas normas, bem como a dinâmica do próprio Estado de Direito. Por outras palavras, e de um lado, compreendeu que, se estruturalmente a norma é obrigada a repetir nos factos concretos o que define em abstracto, ela é também forçada a inovar o seu próprio sentido. De outro, compreendeu que, no âmbito da sociedade estadual, o legislador deve apreender as exigências sociais que se manifestam politicamente e transformá-las em direito, depois de as reflectir à luz da reivindicação de uma justiça universal e dos grandes princípios jurídicos, desde logo o da dignidade da pessoa humana, fundamento último do nosso estar em sociedade. Tudo assumido com a consciência clara de que para que um direito ganhe materialidade é preciso que o sistema de direito o consagre como direito. E, neste particular, o trabalho de intervenção política de Maria José Nogueira Pinto era feito com o desvelo e a tenacidade dos *«poetas que são artistas/E trabalham nos seus versos/ Como um carpinteiro nas tábuas!...»* – e pedi de empréstimo as palavras que Fernando Pessoa atribuiu a Alberto Caeiro.

Uma tenacidade sem quebras que a levava à, quantas vezes, esgotante exposição mediática, concretamente à rádio, à televisão e aos jornais, porque tinha a percepção de que a sua voz, a sua imagem, as suas palavras ecoariam aí de forma amplificada e, logo, potencialmente seriam mais susceptíveis de convencer e levar à realização dos ideais em que acreditava, mesmo depois de a doença avassaladora que a retirou ao nosso convívio dar mostras de que a não largaria.

6 No percurso profissional, e além do mais, Maria José Nogueira Pinto foi Provedora da Santa Casa da Misericórdia, Directora da Maternidade Alfredo da Costa, Administradora da Fundação para a Saúde. Chefiou equipas. Exerceu o poder. E em



Maria José Nogueira Pinto soube ser boa esposa e boa mãe e soube também assumir o poder, sem alarde, desvendando o que é novo, com naturalidade e com o gozo de quem em tudo se projecta inteira, aliando o coração à razão

todos os cargos deixou a sua assinatura, clara, bem visível. E não meramente em obras feitas, palpáveis. Também em procedimentos diferenciadores, feitos de proximidade às pessoas, de atenção aos pormenores, galvanizando equipas a fazer mais e melhor, testando ideias, partilhando opiniões, decidindo.

Nascida numa época em que das mulheres se esperava fundamentalmente que fossem boas esposas e boas mães, deixando as posições de liderança, dentro e fora da família, para os homens, Maria José Nogueira Pinto soube ser boa esposa e boa mãe e soube também assumir o poder, sem alarde, desvendando o que é novo, com naturalidade e com o gozo de quem em tudo se projecta inteira, aliando o coração à razão.

7 O exercício da cidadania adquiriu em Maria José Nogueira Pinto protagonismo fundamental. Compreendia a cidadania – assim o interpreto – no sentido que lhe dá Adela Cortina, e transportava essa compreensão para a acção quotidiana, dirigida à construção do que esta filósofa designa por «justiça cordial». Aliando com mestria vários saberes, desde logo direito, política e ética cívica, e deles fazia brotar a orientação das actividades humanas em que intervinha, dando origem a uma nova forma de saber prático que, por sua vez, gera projectos de mudança e a capacidade de corajosamente os realizar. «Indignar-se perante a injustiça e comover-se perante o sofrimento» impelem ao comprometimento com a mudança, em comunidade, em direcção à «justiça cordial» e isso mesmo movia Maria José Nogueira Pinto. Porque ela sabia, de novo com Sophia de Mello Breyner, *«que seria possível construir a forma justa/De uma cidade humana que fosse/Fiel à perfeição do universo»*.

A revitalização da Baixa-Chiado, através do seu rejuvenescimento e embelezamento, conhece bem a sua preocupação com a mobilidade dos idosos e o esforço de busca de soluções pragmáticas para os inerentes problemas; pela discussão parlamentar em redor da interrupção voluntária da gravidez ecoam ainda as suas lúcidas e intensas palavras em defesa da vida; na rede de cuidados continuados e paliativos palpita ainda o seu coração e as famílias monoparentais, em especial femininas, em que o risco de pobreza é mais patente, sentem-se por ela acompanhadas; quanto à Maternidade Alfredo da Costa, o serviço de neonatologia sabia o seu nome; na Santa Casa da Misericórdia o serviço de apoio domiciliário passa a ter componente médica, ao mesmo tempo que diversifica soluções de apoio a crianças desfavorecidas, praticando rotineiramente o que Santo Agostinho ensinava – *«se o coração do teu irmão está aflito e o teu se aflige com ele, isso é misericórdia»*...

8 A morte encontrou-a num vasto campo de papoilas, a lutar... E recorro à poesia densa, sugestiva e vigorosa do jovem e malgrado monge beneditino Daniel Faria para partilhar com todos os presentes que *«Interessa reparar como tropeça no mistério/E se levanta a pedra para compreender»*. ■